

POSIÇÃO
do



CENTRO DE DINAMIZAÇÃO
E ESCLARECIMENTO DA
ARMADA

SOBRE O "documento

Melo Antunes"

1. APRECIÇÃO GERAL

O documento dos dessidentes é um texto pleno de generalidade e lugares-comuns identicos aos divulgados nos últimos tempos pelas direcções do CDS, do PPD e do PS. De facto, não apresenta qualquer proposta concreta de sinal positivo, ou seja, é um documento que tem como função opor vazias formulações pseudo-científicas criticistas aos reais avanços já efectivados ou programados da revolução portuguesa para o socialismo.

Portanto, não é, como muitos querem fazer crer, uma contra proposta de acção governativa. É sim uma tentativa de congregar militares contra-revolucionários e alguns hesitantes para um objectivo que surge claramente na última página: derrubar "a actual equipa derigente" eparar a revolução. Tal e qual que se tentou com o abaixo-assinado de Agosto de 1974.

Se apreciarmos as "coincidências" que rodeiam o aparecimento deste texto veremos com nitidez o seu papel:

- No dia anterior, Melo Antunes e outros signatários reúnem-se no MNE (Ministério dos Negócios Estrangeiros) com o Secretário-Geral e outros elementos do P.S.;
- Enquanto o documento começa a circular nos meios militares para recolha de assinaturas, o "Jornal Novo" publica-o, à mistura, com um título falso, "para dar mais peso": OTELO NÃO SIGNATARIO - MAS APOIA ;
- Ao mesmo tempo, o secretário-geral do PS, em Carta Aberta, encita o Presidente da República a não dar posse ao novo Governo e a tomar o poder com apoio do PS;
- Na manhã do mesmo dia, a direcção do CDS, em conferência de imprensa, defende posições idênticas ao documento e ao secretário-geral do PS, e propõe que seja revisto o Pacto MFA/Partidos e que o Ps seja encarregado de formar Governo.

2. SOCIALISMO

Diz-se no documento "...a partir, sobretudo, a partir das eleições gerais para a Assembleia Nacional Constituinte, a via para o Socialismo passou a ter carácter irreversível". (pag. 12).

De facto, os subscritores escamateiam todo o que foi a dura luta pela democracia e pelo socialismo antes do 25 de Abril e durante o primeiro ano da Revolução. Para eles a vitória do OVO e do MFA sobre todos os contra revolucionários no golpe Palma Carlos, na crise de Agosto de 1974, no levantamento colonialista de Lourenço Marques, no 28 de Setembro, no 11 de Março, não são dignas de menção como passos irreversíveis para o socialismo.

Mas aquele elogio das eleições para a Assembleia Constituinte (à qual chamam disfarçadamente Assembleia Nacional Constituinte) e estes acham que " o desmantelamento de meia-dúzia de grandes grupos financeiros e monopolistas" (pag. 2) é coisa pouca: que as nacionalizações, pelo menos, ao ritmo praticado são até um mal; que seria desejável a manutenção do " tecido social e cultural pré-existente" (o fascismo) pag.2); que a decomposição das estruturas do Estado (fascista) não é desejável (5pag.3) . E vem, então, a grandescoberta destes "lapapalisses" de esquerda: o socialismo constroi-se com a "estratégia alternativa da formação de um amplo e sólido bloco social de apoio a um projecto nacional de transição para o socialismo".

PORTANTO:

- Desmantelamento dos monopólios? É pouco.
- Nacionalizações? Mais devagar.
- Tecido social e cultural do fascismo? Manter.
- Destruição do aparelho de estado fascista? Não é desejável.

Os bons sociais-democratas sempre gritaram: Abaixo o socialismo!
Viva o Socialismo!

3. REACÇÃO

No entender dos subscritores não existe, nem nunca existiu. Não existem contra-revolucionários. O que há são erros dos revolucionários.

Os ataques bombistas, a violência fascista, das últimas semanas pondo de rastos o direito da reunião, de livre expressão de pensamento, de associação, têm como "causa profunda" erros de direcção política e "desvios graves de orientação no interior do próprio MFA!" Que é isto senão a protecção descarada dos fascistas e contra-revolucionários de toda a espécie que semeiam o terror no distrito de Braga, de Aveiro e de Leiria, nos Açores e na Madeira? Que é isto senão a tese do secretário geral do PS de que "quem semeia ventos colhe tempestades" tese que dá cobertura aos ex-legionários e "elps" que fizeram os últimos atentados terroristas?

4. A CRISE ECONOMICA

"Aproxima-se o momento mais agudo de uma crise económica gravíssima cujas consequências não deixarão de se fazer sentir no nível de uma rotura, já iminente, entre o MFA e a maioria do Povo português" (pag. 3).

Uma afirmação deste teor torna-se tanto mais estranha quando provem de um elemento que chefiou um grupo de trabalho que, ao fim de cerca de três meses de "arduo" trabalho, "elaborou o famoso PLANO Económico - social de Emergência", também chamado "Plano Melo Antunes - Rui Vilar". Esse plano elaborado para um período de três a cinco anos, a ser posto em prática, manteria intacto o poderio económico e, conseqüentemente, político dos grandes grupos monopolistas nacionais e estrangeiros. Que medidas concretas tomou a equipa Melo Antunes - Rui Vilar para evitar a agudização da crise económica?

Aliás, os subscritores esquecem-se de apontar aqueles que trabalharam e trabalham afanosamente para conseguir o caos económico. Esquecem-se de falar na sabotagem dos bancos e dos grandes agrários. Esquecem-se de falar nos fascistas que sanam as reservas de divisas

do nosso povo exportando clandestinamente capitais (v. último comunicado do Banco de Portugal). Esquecem-se, igualmente, das pressões económicas e boicotes dos países capitalistas, do imperialismo.

E o que propõem: reforço e aprofundamento das nossas relações "com certos espaços económicos (CEE, EFTA)", aqueles mesmos a quem Salazar e Caetano hipotecaram o País. Que jogo é este senão o dos monopólios europeus e americanos ?

Uma última pergunta: em que se distingue a análise alarmista do documento das de Spínola, de Sá Carneiro e de Vieira de Almeida feitas na Manutenção Militar em Junho de 1974 ?

5. MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Sobre os meios de comunicação social, "particularmente nacionalizados", os signatários retomam as acusações do secretário-geral do PS após a saída de Raul Rego e Sanches Osório do Ministério da Comunicação Social, quanto ao "rígido" controle partidário que sobre eles se exerce". como de costume, nem uma só palavra contra a imprensa fascista que intoxica os espíritos de milhares de portugueses em particular na provincia. O melhor desmentido não será a ampla e profusa difusão que o "documento dos dissidentes" ou "documento Melo Antunes" teve nos meios da comunicação social ?

"Como se isto não fosse já bastante, foi-se ao cúmulo de preparar um projecto de diploma que, ao instituir uma "comissão de análise" (e porque não comissão de censura?)". Será que os signatários se esquecem que, para a concretização PAP (Plano de Acção Política), ao Conselho da Revolução de que fazem parte e onde na altura nada disseram, pediu ao MMCS (Ministério da Comunicação Social) a elaboração de tal projecto de diploma ? Ou será, antes, que defendem e desejam que, em nome das "liberdades", as forças contra revolucionárias, os exploradores do nosso Povo continuem a expressar-se sem qualquer entrave ?

6. A INDEPENDENCIA NACIONAL

Os "apartidários" subscritores "reclamam e lutam por uma autêntica independência nacional (tanto política como económica)". pag. 7.

Neste combate têm o aplauso das forças fascizantes, conservadoras e sociais-democráticas (CDS, PPD e PS) e de grupos pseudo-revolucionários da ultra-esquerda (AOC, "Grito do Povo"). Foi certamente

com o objectivo de expressar a concordância e apoio da A66, que o dirigente Guinot se encontrou no Restelo no passado dia 9 de Agosto com alguns dos signatários.

Qual a razão porque as forças conservadoras e reacçãoárias apoiam a política de "autêntica independência nacional" proposta por Melo Antunes? Que o diga a actuação governativa tanto de Mário Soares, como de Melo Antunes no MNE (ministério dos negócios estrangeiros). Que o digam as Embaixadas comerciais dos países socialistas que se têm deslocado a Portugal. Que o diga a Argélia e demais países árabes interessados em estabelecer intercambio comercial e realizar investimentos em Portugal.

Ao reclamarem a "autêntica independência nacional", simultaneamente pregam o respeito do " contexto geo-político e estratégico" em que nos encontramos, isto é, defendem a continuação de Portugal na órbita do imperialismo. Gato escondido com rabo de fora !

7. A DESCOLONIZAÇÃO

As referências feitas no documento dos dissidentes ao problema da descolonização, em particular Angola, são, pelo menos, ambíguas.

Esta ambiguidade mais se avoluma com as declarações proferidas ao "Diário de Notícias", de 9 de Agosto de 1975, por um dos signatários major Victor Alves.

Defenderão, tal como o fez o ex-general Spínola, um acordo preferencial com os movimentos de libertação locais do imperialismo e, em particular, com a FNLA? Os subscritores não terão nenhuma responsabilidade no processo de descolonização? Ou preparam-se para abandonar o barco no momento difícil?

8. O MFA E O PODER

"O MFA só teve aceitação universal enquanto aparelho autónomo de produção política e ideológica".

Esta frase revela o completo afastamento da realidade dos subscritores. Para eles o MFA caiu do céu, feito pelo espírito e pelo coração de um punhado de oficiais. O MFA não tem nada a ver com a luta de classes, não tem nada a ver com a longa luta do povo português contra o regime fascista. Estava acima de tudo e de todos.

Para os signatários esta situação altera-se quando o MFA se vê "enleado nas manipulações politiquieiras de partidos e organizações de massas", que utilizaram para se instalarem "fum pouco por toda a

parte" formas selvagens e anarquizantes do exercício do poder". Mais adiante acrescentam que repelem energicamente "vagas concepções populistas de feição anarquizante". Qual a razão porque não utilizaram a expressão "anarco-populismo", tão cara ao secretário-geral do PS, quando este se refere às forças consequentemente democráticas e revolucionárias? Certamente para manter o "apartidarismo".

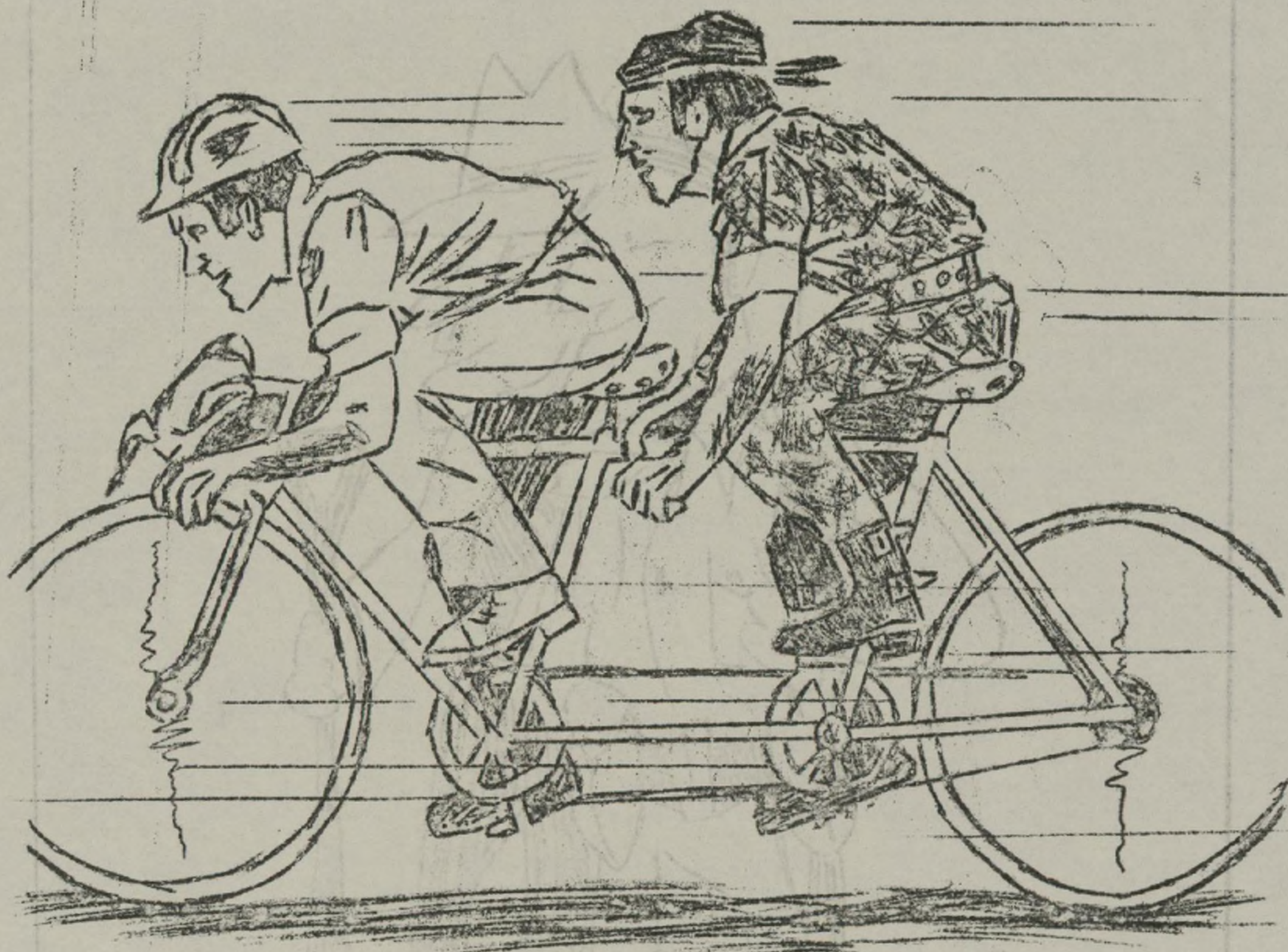
Os signatários não dizem quando é que o MFA se viu "enleado nas manipulações" politiquieiras". Terá sido quando tomou posição pela unidade sindical contra o pluralismo defendido, simultaneamente, por forças fascistas e fascizantes e por forças conservadoras (PPD) e sociais-democráticas (PS). Para estes senhores, a história do MFA sintetiza-se em dois períodos: um primeiro afastado das lutas de classes, mantendo-se puros, puríssimos; um segundo "enleado" nas manifestações partidárias.

Em outro ponto, referem-se "ao mar encapelado de decisões arbitrárias de uma 5ª Divisão do EMGFA (Estado Maior General das Forças Armadas), de, uma Assembleia do MFA, de Assembleias de Militares "AD-hoc" reunidas emprevista e misteriosamente de Gabinetes de Dinamização, do Conselho da Revolução, do COPCON, de sindicatos, etc".

Que é isto se não o pôr em causa toda a acção desenvolvida pelos órgãos do MFA desde o 25 de Abril? Que distingue estes ataques ao MFA dos desencadeados pelo ex-general Spínola em 1974? Quem diz isto pode ainda falar em nome do Conselho da Revolução do MFA? Por quanto tempo?

Essa clarificação passa pelo afastamento dos postos de decisão dos elementos que procuram dividir o MFA, as massas populares e todas as forças progressistas, que procuram, enfim, impedir a caminhada do Povo português para o socialismo, que é o que faz por exemplo o Maj. Victor Alves Quando declara ao "Diário de Notícias" que não existem condições para a implantação do socialismo em Portugal.

Passa pela decapitação da contra-revolução a nível militar e civil e pela criação de um sólido poder revolucionário que leve, com termo as ingentes tarefas nacionais.



A REVOLUÇÃO É COMO UMA BICICLETA:
- NÃO PODE ANDAR PARA TRÁS

QUANDO VAMOS VELOCIDADE!



UNIDOS VENCEREMOS !